

Economia política da internet, mediação e jornalismo: para a crítica da comunicação e da tecnologia

Economía política de la internet, mediación y periodismo: para la crítica de la comunicación y de la tecnología

Political economy of internet, mediation and journalism: a critique of communication and technology

César Bolaño

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Brasil.

Contato: bolano.ufs@gmail.com

Artigo submetido em 02/01/2018

Aprovado em 07/04/2018

Resumo

O surgimento da Indústria Cultural na virada do século XX foi uma ruptura fundamental com o velho sistema global de cultura, refletindo, no plano da produção simbólica, as transformações de grande amplitude ocorridas nas esferas política, econômica e nas relações de poder e hegemonia em nível mundial. Outro tanto ocorre na virada do século XXI com a transição da economia das indústrias culturais para a economia da internet e das redes sociais. O objetivo deste texto é retomar a perspectiva crítica desenvolvida pelo autor na construção de uma teoria marxista da comunicação para discutir o significado da atual transição, com ênfase no caso da imprensa.

Palavras-chave: comunicação, economia política, jornalismo, tecnologia

Resumen

El surgimiento de la Industria en el tránsito del siglo XX fue una ruptura fundamental con el viejo sistema global de cultura, reflejando, en el plano de la producción simbólica, las transformaciones de gran amplitud ocurridas en las esferas política, económica y en las relaciones de poder y hegemonía en nivel mundial. Otro tanto ocurre en la transición al siglo XXI, con el tránsito de la economía de las industrias culturales para la economía de la Internet y de las redes sociales. El objetivo de este texto es retomar la perspectiva crítica desarrollada por el autor en la construcción de una teoría marxista de la comunicación para discutir el significado de la actual transición, con énfasis en el caso de la prensa.

Palabras clave: comunicación, economía política, periodismo, tecnología

Abstract

The Cultural Industry emergence at the turn of twentieth century was a fundamental rupture with the old global system of culture. These dramatic changes, within the framework of the symbolic production, bring about transformations of great magnitude occurred in the political and economic spheres as well as in power and hegemony relations in world scope. The same happens at the turn of the 21st century with the transition from the economy of cultural industries to the economy of the Internet and social network sites. This paper aims to retake the critical perspective developed by the author in the construction of a Marxist theory of communication to discuss the meaning of the current transition with an emphasis on the press.

Keywords: communication, political economy, journalism, technology

Introdução

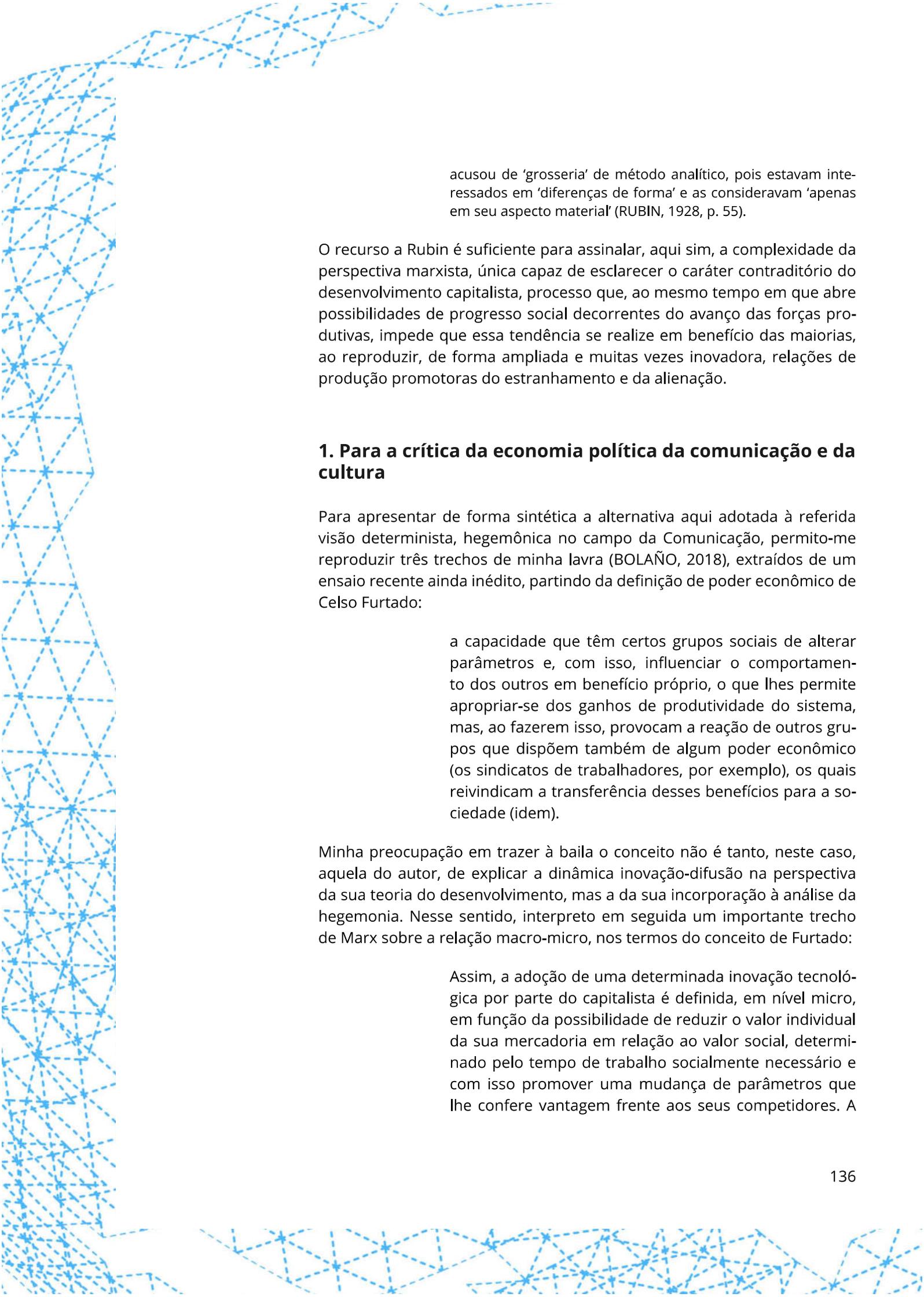
Este texto pretende contribuir com a análise, na perspectiva da teoria marxista da comunicação proposta anteriormente pelo autor (BOLAÑO, 2000), do significado da atual transição do sistema global de comunicação, centrado na velha televisão de massa (*broadcasting*), para o modelo emergente de comunicação digital interativa, transição representada pela expansão da internet e dos *sites* de redes sociais. Em última análise, trata-se de refletir sobre os elementos de continuidade e de ruptura da nova estrutura de mediação – mercantil, em rede, interativa – do capitalismo e o que isto significa em termos de integração e de controle social.

O surgimento da Indústria Cultural na virada do século XX representa uma ruptura fundamental com o velho sistema global de cultura, refletindo, no plano da produção simbólica, as transformações de grande amplitude ocorridas nas esferas política, econômica e nas relações de poder e hegemonia em nível mundial (idem). Outro tanto ocorre na virada do século XXI, com a transição da economia das indústrias culturais para a economia da convergência digital e da internet. Em ambos os casos, na medida em que as mudanças que impactam o campo da comunicação passam sempre pela introdução de novas tecnologias, o determinismo e a ilusão tecnológica sempre aparecem como tendência forte na interpretação do fenômeno, seja no jornalismo, seja entre os porta-vozes acadêmicos da modernização capitalista.

É curioso notar, a esse respeito, como o pensamento pós-moderno que, em geral, nos anos 1990, em nome da “complexidade”, acusava as interpretações marxistas de determinismo econômico, com o passar do tempo acabou por cair num determinismo tecnológico próprio do materialismo mais vulgar.¹ O curioso no caso é que a melhor defesa contra o determinismo se encontra justamente na crítica da economia política, cujo projeto original vai no sentido de contrapor uma visão materialista dialética do desenvolvimento, tanto ao idealismo quanto ao materialismo pré-marxista.

¹ A deriva determinista redonda, por exemplo, nas chamadas Ciências da Comunicação, numa impressionante unanimidade em torno das teses de Manuel Castells (1996, 2001), ou ainda no surpreendente (para quem conheceu os debates no campo ao longo dos anos 1970) revival da obra de Marshall Mac Luhan. Isto se deve, por certo, à exuberância das mudanças técnicas ligadas à Terceira Revolução Industrial, mas sobretudo ao seu impacto nos sistemas de comunicação e nos comunicadores sociais em particular, cuja função ideológica está justamente ligada à vulgarização. Para uma crítica a Castells, vide Lopes (2008).

A Economia Política trata das ‘formas econômicas’, dos tipos de relações de produção entre as pessoas na sociedade capitalista. Esta sociedade pressupõe certas condições de processo material de produção e dos fatores técnicos que são seus componentes. Mas Marx sempre protestou contra a transformação das condições do processo material de produção de pressupostos da Economia Política em seu objeto de estudo (...) As categorias econômicas (ou formas sociais das coisas) estão certamente relacionadas de maneira estreita ao processo material de produção, mas não podem ser derivadas diretamente deste, mas apenas através de um vínculo indireto: as relações de produção entre as pessoas (...) Aceitar este pressuposto técnico como nosso objeto de estudo, significaria que a análise seria semelhante à dos economistas vulgares, aos quais Marx



acusou de 'grosseira' de método analítico, pois estavam interessados em 'diferenças de forma' e as consideravam 'apenas em seu aspecto material' (RUBIN, 1928, p. 55).

O recurso a Rubin é suficiente para assinalar, aqui sim, a complexidade da perspectiva marxista, única capaz de esclarecer o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista, processo que, ao mesmo tempo em que abre possibilidades de progresso social decorrentes do avanço das forças produtivas, impede que essa tendência se realize em benefício das maiorias, ao reproduzir, de forma ampliada e muitas vezes inovadora, relações de produção promotoras do estranhamento e da alienação.

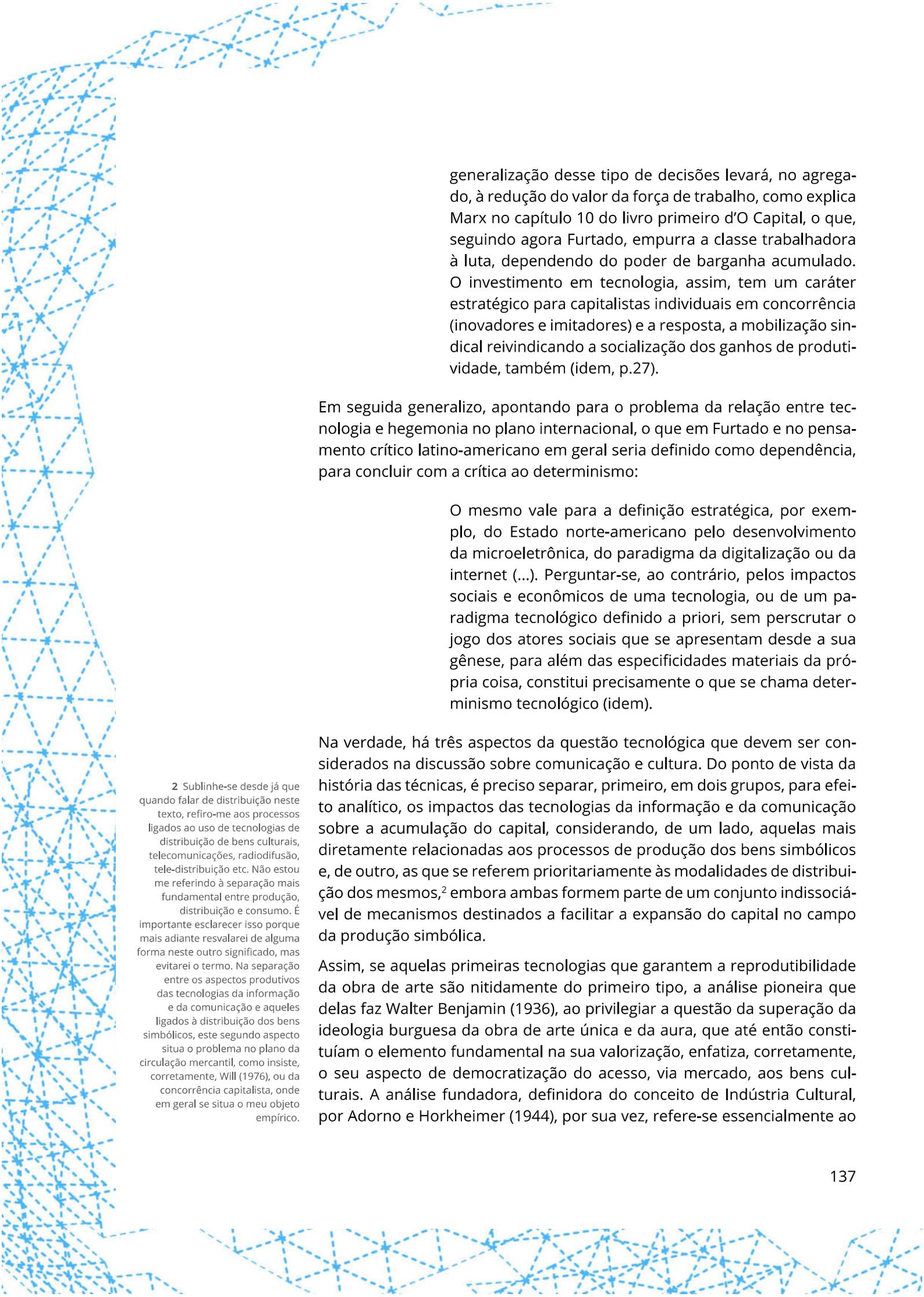
1. Para a crítica da economia política da comunicação e da cultura

Para apresentar de forma sintética a alternativa aqui adotada à referida visão determinista, hegemônica no campo da Comunicação, permito-me reproduzir três trechos de minha lavra (BOLAÑO, 2018), extraídos de um ensaio recente ainda inédito, partindo da definição de poder econômico de Celso Furtado:

a capacidade que têm certos grupos sociais de alterar parâmetros e, com isso, influenciar o comportamento dos outros em benefício próprio, o que lhes permite apropriar-se dos ganhos de produtividade do sistema, mas, ao fazerem isso, provocam a reação de outros grupos que dispõem também de algum poder econômico (os sindicatos de trabalhadores, por exemplo), os quais reivindicam a transferência desses benefícios para a sociedade (idem).

Minha preocupação em trazer à baila o conceito não é tanto, neste caso, aquela do autor, de explicar a dinâmica inovação-difusão na perspectiva da sua teoria do desenvolvimento, mas a da sua incorporação à análise da hegemonia. Nesse sentido, interpreto em seguida um importante trecho de Marx sobre a relação macro-micro, nos termos do conceito de Furtado:

Assim, a adoção de uma determinada inovação tecnológica por parte do capitalista é definida, em nível micro, em função da possibilidade de reduzir o valor individual da sua mercadoria em relação ao valor social, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário e com isso promover uma mudança de parâmetros que lhe confere vantagem frente aos seus competidores. A



generalização desse tipo de decisões levará, no agregado, à redução do valor da força de trabalho, como explica Marx no capítulo 10 do livro primeiro d'O Capital, o que, seguindo agora Furtado, empurra a classe trabalhadora à luta, dependendo do poder de barganha acumulado. O investimento em tecnologia, assim, tem um caráter estratégico para capitalistas individuais em concorrência (inovadores e imitadores) e a resposta, a mobilização sindical reivindicando a socialização dos ganhos de produtividade, também (idem, p.27).

Em seguida generalizo, apontando para o problema da relação entre tecnologia e hegemonia no plano internacional, o que em Furtado e no pensamento crítico latino-americano em geral seria definido como dependência, para concluir com a crítica ao determinismo:

O mesmo vale para a definição estratégica, por exemplo, do Estado norte-americano pelo desenvolvimento da microeletrônica, do paradigma da digitalização ou da internet (...). Perguntar-se, ao contrário, pelos impactos sociais e econômicos de uma tecnologia, ou de um paradigma tecnológico definido a priori, sem perscrutar o jogo dos atores sociais que se apresentam desde a sua gênese, para além das especificidades materiais da própria coisa, constitui precisamente o que se chama determinismo tecnológico (idem).

Na verdade, há três aspectos da questão tecnológica que devem ser considerados na discussão sobre comunicação e cultura. Do ponto de vista da história das técnicas, é preciso separar, primeiro, em dois grupos, para efeito analítico, os impactos das tecnologias da informação e da comunicação sobre a acumulação do capital, considerando, de um lado, aquelas mais diretamente relacionadas aos processos de produção dos bens simbólicos e, de outro, as que se referem prioritariamente às modalidades de distribuição dos mesmos,² embora ambas formem parte de um conjunto indissociável de mecanismos destinados a facilitar a expansão do capital no campo da produção simbólica.

Assim, se aquelas primeiras tecnologias que garantem a reprodutibilidade da obra de arte são nitidamente do primeiro tipo, a análise pioneira que delas faz Walter Benjamin (1936), ao privilegiar a questão da superação da ideologia burguesa da obra de arte única e da aura, que até então constituíam o elemento fundamental na sua valorização, enfatiza, corretamente, o seu aspecto de democratização do acesso, via mercado, aos bens culturais. A análise fundadora, definidora do conceito de Indústria Cultural, por Adorno e Horkheimer (1944), por sua vez, refere-se essencialmente ao

2 Sublinhe-se desde já que quando falar de distribuição neste texto, refiro-me aos processos ligados ao uso de tecnologias de distribuição de bens culturais, telecomunicações, radiodifusão, tele-distribuição etc. Não estou me referindo à separação mais fundamental entre produção, distribuição e consumo. É importante esclarecer isso porque mais adiante resvalarei de alguma forma neste outro significado, mas evitarei o termo. Na separação entre os aspectos produtivos das tecnologias da informação e da comunicação e aqueles ligados à distribuição dos bens simbólicos, este segundo aspecto situa o problema no plano da circulação mercantil, como insiste, corretamente, Will (1976), ou da concorrência capitalista, onde em geral se situa o meu objeto empírico.



nível macrossocial, àquilo que, em outro registro, Williams (1974) chamará “forma cultura”, ainda que o estudo deste, em *Television* possa ser razoavelmente bem definido como setorial. É que qualquer proposta próxima, como é a de Williams no texto citado, a uma economia política da cultura de corte marxista deve considerar os dois planos de análise (macro e micro), apresentando sua coerência e as contradições que os atravessam.

Se a questão central dos frankfurtianos é a da transformação do público, de pensador em consumidor de cultura, ou da constituição de uma estrutura de mediação social especificamente capitalista, desvendando as determinações gerais das funções ideológicas daquela organização de tipo mercantil da cultura, a tarefa da economia política (crítica) da comunicação e da cultura não é outra senão avançar no sentido de incorporar o estudo das especificidades dos processos de trabalho e de valorização no campo da produção dos bens culturais. Seria rude e inadequado definir essa pretensão como mero estudo “econômico” de um objeto já conhecido em outras disciplinas, pois trata-se, na verdade, de aprofundar aquele conhecimento explorando outras dimensões através das ferramentas da crítica da economia política.

2. Subsunção do trabalho, mediação social e hegemonia

O terceiro aspecto referido da questão tecnológica na análise da Indústria Cultural é o da função ideológica de vulgarização do determinismo tecnológico, pois ela própria encontra-se fortemente impactada, desde a origem, pelas tecnologias da informação e da comunicação e conseqüentemente exposta a uma espécie de falsa consciência, a qual, pela sua posição estratégica no sistema de mediação do capitalismo avançado, tende a reproduzir-se como elemento chave na definição das novas condições de legitimação da dominação, ou seja, de construção da hegemonia.

É claro que esta não é a fonte original da ideologia, constituída concretamente no interior de relações de produção influenciadas, mas não diretamente determinadas, pelo desenvolvimento das forças produtivas. Consideremos a questão da tecnologia, ou da técnica, relacionada ao trabalho, em termos ontológicos, abstraindo, por um instante, o capital. Num célebre trecho do capítulo 5 do livro primeiro d’O Capital, Marx define o trabalho em geral como:

Um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, afim de apro-



3 E, mais adiante, outro trecho conhecido: “observando-se todo o processo [de trabalho] do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo”, acrescentando em nota que “essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo algum adequada ao processo de produção capitalista” (Marx, 1867, p. 205). A diferença será esclarecida no capítulo 14 do mesmo livro, como se sabe, mas meu interesse aqui não é propriamente a problemática do trabalho produtivo.

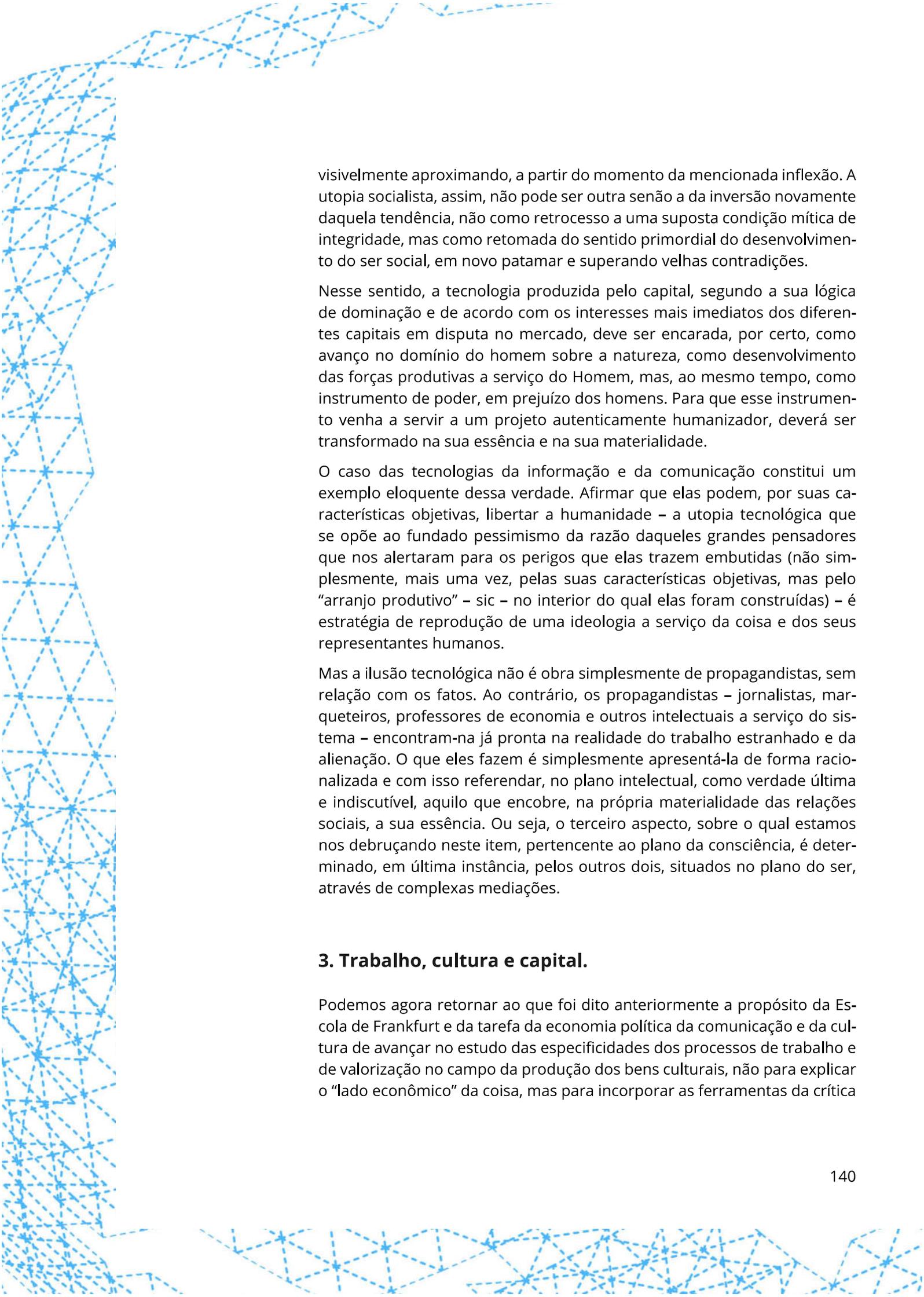
priar-se das forças da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1867, p. 202).³

Pouco adiante, esclarece que “o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho” (idem, p. 203). E mais à frente: “o uso e a fabricação de meios de trabalho, embora em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo especificamente humano de trabalho” (idem, p. 204). Ou, finalmente: “o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho, se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (idem).

Esse desenvolvimento das forças produtivas ocorre ao longo de uma trajetória de permanente transformação, *pari passu*, da natureza e do sujeito pelo trabalho, a qual se traduzirá na criação progressiva de um mundo de objetos que se interpõem entre o Homem e a natureza, representando o crescente domínio daquele sobre esta, mas que acabará por constituir uma segunda natureza que submete os homens a uma lógica estranha. Lukács, na *Ontologia*, enfatiza o significado geral desse processo em que vai-se deslocando progressivamente a barreira natural, sem nunca, contudo, chegar a romper os limites da relação fundamental entre Homem e natureza: “por mais relevantes que sejam os efeitos transformadores do pôr teleológico das causalidades no processo de trabalho, a barreira natural só pode retroceder, jamais desaparecer inteiramente e isso é válido tanto para o machado de pedra quanto para o reator atômico” (LUKÁCS, 1986, p. 73)

Da nossa parte, interessa enfatizar o fato de que essa trajetória – que define o ser social em termos ontológicos – sofre uma inflexão quando o capital se torna o verdadeiro sujeito do processo. É claro que o capital é também uma criação histórica da humanidade e deve ser visto, naquele sentido ontológico, como parte da referida trajetória. Mas o que é próprio da crítica da economia política é desvendar justamente o significado da referida inflexão, na medida em que o trabalho é subsumido no capital e todos os processos de trabalho passam a subordinar-se às necessidades do movimento tautológico de valorização do valor.

Isto significa, em última instância, que a coisa comanda o sujeito, o que explica os mais delirantes pesadelos sobre a inteligência artificial. Ora, o pavor da tecnologia, da desumanização, não é outra coisa senão o pavor de uma sociedade completamente submetida àquela estranha lógica totalitária do capital. É isso que Adorno, Horkheimer, Marcuse e tantos outros trataram de explicar, cada um à sua maneira, e é disso que nos estamos



visivelmente aproximando, a partir do momento da mencionada inflexão. A utopia socialista, assim, não pode ser outra senão a da inversão novamente daquela tendência, não como retrocesso a uma suposta condição mítica de integridade, mas como retomada do sentido primordial do desenvolvimento do ser social, em novo patamar e superando velhas contradições.

Nesse sentido, a tecnologia produzida pelo capital, segundo a sua lógica de dominação e de acordo com os interesses mais imediatos dos diferentes capitais em disputa no mercado, deve ser encarada, por certo, como avanço no domínio do homem sobre a natureza, como desenvolvimento das forças produtivas a serviço do Homem, mas, ao mesmo tempo, como instrumento de poder, em prejuízo dos homens. Para que esse instrumento venha a servir a um projeto autenticamente humanizador, deverá ser transformado na sua essência e na sua materialidade.

O caso das tecnologias da informação e da comunicação constitui um exemplo eloquente dessa verdade. Afirmar que elas podem, por suas características objetivas, libertar a humanidade – a utopia tecnológica que se opõe ao fundado pessimismo da razão daqueles grandes pensadores que nos alertaram para os perigos que elas trazem embutidas (não simplesmente, mais uma vez, pelas suas características objetivas, mas pelo “arranjo produtivo” – sic – no interior do qual elas foram construídas) – é estratégia de reprodução de uma ideologia a serviço da coisa e dos seus representantes humanos.

Mas a ilusão tecnológica não é obra simplesmente de propagandistas, sem relação com os fatos. Ao contrário, os propagandistas – jornalistas, marqueteiros, professores de economia e outros intelectuais a serviço do sistema – encontram-na já pronta na realidade do trabalho estranhado e da alienação. O que eles fazem é simplesmente apresentá-la de forma racionalizada e com isso referendar, no plano intelectual, como verdade última e indiscutível, aquilo que encobre, na própria materialidade das relações sociais, a sua essência. Ou seja, o terceiro aspecto, sobre o qual estamos nos debruçando neste item, pertencente ao plano da consciência, é determinado, em última instância, pelos outros dois, situados no plano do ser, através de complexas mediações.

3. Trabalho, cultura e capital.

Podemos agora retornar ao que foi dito anteriormente a propósito da Escola de Frankfurt e da tarefa da economia política da comunicação e da cultura de avançar no estudo das especificidades dos processos de trabalho e de valorização no campo da produção dos bens culturais, não para explicar o “lado econômico” da coisa, mas para incorporar as ferramentas da crítica

4 O que é fundamental e muito esclarecedor, diga-se de passagem, e foi continuado ainda, de forma criativa e muito adequada por autores franco-canadenses como Gaetan Tremblay.

5 As tentativas de oferecer uma perspectiva macrossocial levaram, em geral, esses autores a abandonar o campo da reflexão marxista e da própria economia política.

6 A ideia de uma função programa está evidentemente influenciada pelo meu objeto empírico mais habitual. Poderia falar também em serviço público, ou interatividade etc. Prefiro não falar em função de mediação, tratando essa categoria em geral mais no plano da forma do que das funções, já que as três condições de funcionalidade compõem o processo global da mediação social. Por outro lado, deve ficar claro que as três funções estão postas em nível puramente teórico. Assim, no interior de um programa de televisão qualquer pode haver tanto publicidade, quanto propaganda. Ou ainda, a propaganda é uma função de Estado, mas não é o próprio Estado que a realiza necessariamente. No caso do Brasil, por exemplo, essa função, desde a constituição do sistema tal como o conhecemos hoje, durante o último período militar, a propaganda é deixada a cargo do mercado e mesmo de uma empresa familiar específica. Além do meu livro até aqui citado, vide, especialmente sobre o caso brasileiro, Bolaño (1988).

7 Utilizo a conceituação habermassiana para montar o quadro analítico, sem contudo incorporar certos fundamentos da sua teoria da ação comunicativa, a cuja discussão me dediquei no livro referido e em outras ocasiões.

da economia política na compreensão das tecnologias da informação e da comunicação, da Indústria Cultural e dos meios de comunicação de massa no interior da totalidade que é o modo de produção capitalista.

Concentramo-nos agora, num nível mais concreto de análise, na relação capital-trabalho no âmbito das indústrias culturais e da comunicação e nas duas primeiras dimensões do problema sugeridas, da produção e da distribuição dos bens e serviços culturais. Já tive a oportunidade de explicar com detalhe (BOLAÑO, 2000) o equívoco da economia da comunicação e da cultura francesa na sua rejeição ao estudo da concorrência, centrando sua importante contribuição na análise das especificidades dos processos de trabalho e de valorização nas indústrias culturais,⁴ o que, em todo caso, tampouco vai além do plano microeconômico.⁵

Na minha própria solução (idem) para o problema que Dallas-Smythe definiu como o “buraco negro do marxismo ocidental” (SMYTHE, 1977), tratei de formular uma teoria da comunicação de base marxiana, considerando, a partir de uma base mais abstrata que não cabe retomar aqui, duas condições gerais de funcionalidade relativas à reprodução do sistema (publicidade e propaganda) e uma terceira (programa)⁶, ligada às necessidades de reprodução simbólica do mundo da vida.⁷ Trata-se de um poderoso mecanismo de mediação social, manejado pelo próprio capital ou, mais especificamente, por uma estrutura de mercado em oligopólio que se coloca entre o Estado e outros setores do capital que necessitam, de uma ou outra forma, participar da comunicação de massa. Uma estrutura característica do capitalismo do século XX, sobretudo da segunda metade, quando são implantados os sistemas de televisão, mas o rádio, nos anos 30, ou antes, já funcionava de acordo com o modelo da radiodifusão, o *broadcasting*, que a economia da comunicação e da cultura francesa classifica como cultura de onda.

Do ponto de vista dos capitais individuais em concorrência, a Indústria Cultural é necessária, nos marcos do capitalismo monopolista, para a realização das mercadorias; do ponto de vista do Estado e dos políticos, para a propaganda. Em ambos os casos, está implícito um interesse de controle e manipulação que se serve das mais sofisticadas técnicas desenvolvidas no terreno das ciências da informação e comunicação, que importam, por sua vez, ferramentas da psicologia etc. Do ponto de vista da reprodução social no seu conjunto, trata-se de parte vital da chamada sociedade de consumo e da integração social no capitalismo avançado. Do ponto de vista da recepção, trata-se de satisfazer necessidades básicas ligadas ao campo cultural que já não podem ser realizadas pelas próprias comunidades, para usar a terminologia de Habermas (1961), dada a colonização da *Lebenswelt* pelo sistema.

8 Na minha crítica à escola francesa da economia da comunicação e da cultura, o conceito de mediação é apresentado como alternativa, na definição das especificidades do trabalho cultural no capitalismo monopolista, à ideia de sobrevivências da velha ideologia burguesa da obra de arte única. Nesse ponto, cito, entre outros, o trabalho fundamental de Barbero (1987) sobre a mediação social, mas a minha própria definição é distinta, como tratei de esclarecer em Bolaño (2015). Em outro trabalho, Maurício Herrera, Angel Paez e eu (BOLAÑO et al, 2017) discutimos a necessidade de considerar a relação entre mediação, subsunção e apropriação social da tecnologia, em diálogo com o estudos culturais latino-americanos. Julgamos essa articulação necessária para fugir da impressionante ingenuidade (se considerarmos tudo o que acabou de ser dito nos últimos parágrafos deste item) da crítica ao determinismo econômico, por exemplo, nos estudos de recepção derivados do programa de pesquisa dos estudos culturais latino-americanos.

A construção da hegemonia, enfim, ao longo do século XX passa por esta estrutura de mediação, que se organiza em nível nacional e mundial. Todo um aparato tecnológico, que poderia ter servido a outros propósitos, foi posto a serviço dessa estrutura e ajustado, evidentemente, inclusive do ponto de vista puramente técnico, a esse tipo de necessidades. E todo um campo acadêmico foi desenvolvido nesse mesmo sentido, para formar mediadores sociais, para teorizar e explicar o fenômeno, para legitimá-lo ou para fazer-lhe a crítica. O cerne da questão reside no fato de que a mediação social é realizada pelo próprio capital. Mas se os cabos, câmaras, edifícios, equipamentos não têm essa capacidade, o único elemento do capital que pode efetivamente mediar entre os poderes sociais e as massas é um tipo particular de trabalho cuja utilidade é justamente essa.

Assim, o que qualifica a Indústria Cultural (o capital) é o trabalho cultural. Toda a dificuldade reside, assim, em entender o problema da subsunção do trabalho cultural e seus limites, o que remete para o tema dos graus de liberdade de que o trabalhador goza e dos esforços que o capital realiza para reduzi-los e assim, portanto, à dupla contradição capital-trabalho, economia-cultura de que tenho tratado em diferentes ocasiões, inclusive no livro citado. Aqui interessa apenas apontar que esta análise da relação mediação-subsunção do trabalho cultural permite articular micro e macro,⁸ produção e distribuição, no interior de um marco teórico unificado.

Em suma, a subsunção do trabalho cultural, na produção, é o que garante o funcionamento do sistema de mediação, através da distribuição da mercadoria cultural. Nesse sentido, o estudo das especificidades setoriais dos processos de trabalho e de valorização no campo cultural, em nível micro, deve completar-se, para abranger a totalidade, com o estudo do movimento aparente da multiplicidade dos capitais em concorrência, o que inclui análise da concentração, barreiras à entrada, oligopólio, estratégias competitivas etc. É nesse amplo espectro que se move a economia política (crítica) da comunicação e da cultura, seja na sua abordagem da questão tecnológica, ou dos sistemas de regulação setorial, ou das estruturas de mercado.

4. O caso da imprensa (1)

Dados os limites deste artigo, tratarei agora de um único caso, exemplar, fundador e paradigmático, como é o da imprensa, aproveitando ademais para recuperar a contribuição de Nicolas Will, autor francês hoje esquecido, que não faz parte da escola de economia da comunicação e da cultura francesa a que me referi antes, mas pode ser considerado a justo título como importante precursor, tanto da economia política da comunicação, como dos estudos críticos de jornalismo. Após uma interessante discussão sobre a origem histórica da informação — cuja função para o capital é reduzir

9 Não é possível avançar nesta linha. Remeto – para uma visão semelhante à destas considerações que o autor desenvolve no primeiro capítulo do seu trabalho – ao meu livro citado (BOLAÑO, 2000), em particular, coincidentemente, o capítulo primeiro. Will também analisa as condições de possibilidade e de necessidade para particularizar, no seu caso, a imprensa. A diferença é que eu adoto, de início, uma metodologia de tipo derivacionista lógica, para a particularização da Indústria Cultural, enquanto ele se concentra na gênese histórica do fenômeno.

10 O autor usa a expressão “submissão formal”, como já apontei, mas não há necessidade de entrar nessa discussão aqui. Mais interessante é assinalar que ele se refere a outras inovações técnicas ligadas ao desenvolvimento da imprensa (produção massiva de papel, expansão dos transportes) e enfatiza a importância da extensão do sistema de educação elementar e a constituição de um público leitor massivo (idem, p. 48 e seg.).

11 Essa periodização precisaria ser discutida, pois há um problema, já mencionado, decorrente de um equívoco na definição do conceito de subsunção, mas não vou me prender a isso.

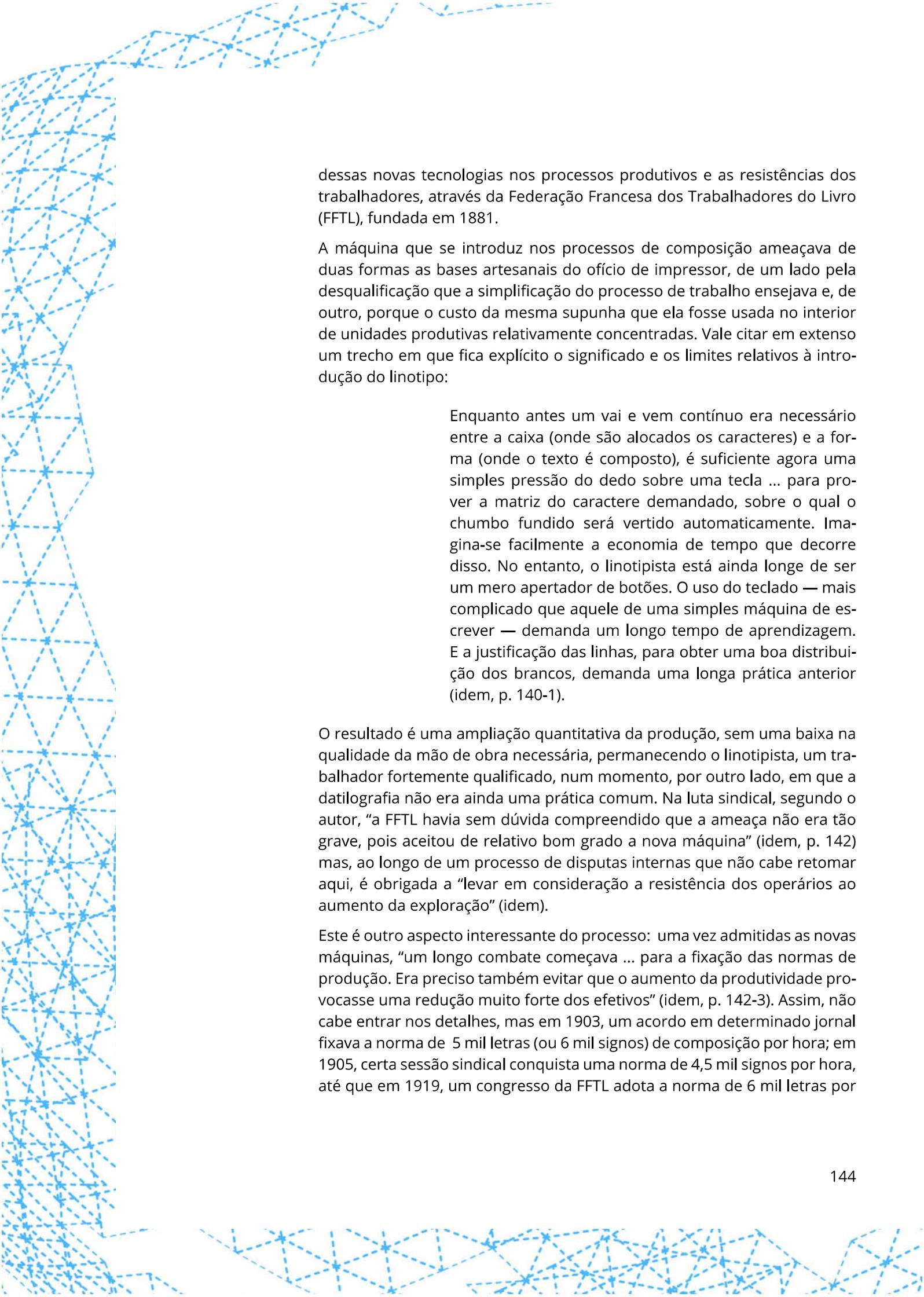
o tempo de circulação, chegando, com o desenvolvimento do sistema, a tornar-se “objeto de uma atividade autônoma de uma fração do capital ... do mesmo modo que os problemas da moeda são confiados aos bancos” (WILL, 1976, p. 33) —, o autor faz questão de distinguir a informação de imprensa, que se situa em outro plano.

Assim, “de auxiliar no ciclo do capital, a informação torna-se também um imenso aparelho a serviço da ideologia”, que se beneficia “dos mesmos aperfeiçoamentos técnicos que o capital desenvolve na esfera da circulação (impressão, telecomunicações etc.)” (idem, p. 46).⁹ O que é específico do capital da imprensa é que “o seu processo de produção é diretamente *branché* sobre o processo de circulação do resto do capital ... no sentido de que os mecanismos da circulação constituem a esfera em que a imprensa encontra algumas das suas condições de produção” (idem, p. 57).

O texto todo de Will merece uma leitura cuidadosa e detalhada, o que evidentemente não é possível nos limites deste artigo. Não devo entrar, em especial, sob pena de dispersão, na crítica ao conceito, problemático mas que suscita boa discussão, de “dominação formal e real”, situado no centro da sua proposição teórica. Em todo caso, devo mencionar que a dificuldade se deve a uma certa confusão entre a fundamental problemática da subsunção do trabalho e aquela da dominação social, com uma mediação talvez apressada entre os planos macro e micro e entre os diferentes níveis de abstração, o que tem reflexos na periodização do capitalismo, claramente divergente daquela de Marx, sua principal referência intelectual.

Nesta leitura, limito-me a resenhar uma parte importante, em que a problemática da subsunção (não com este nome) é colocada de forma correta e muito esclarecedora. Em primeiro lugar, lembra que a imprensa é uma técnica pré-capitalista, vinculada, desde o início, à expansão do capital mercantil, que evolui lentamente, de modo que o sistema inventado por Gutenberg permanece sem grandes alterações até meados do século XIX, com a composição dos textos e a manipulação da prensa feitas sempre manualmente (idem, p. 47). Observa, em seguida, que a prensagem foi a primeira a ser impactada pela Revolução Industrial, com a introdução da prensa mecânica acionada a vapor, inovação situada num “nível bem superior do desenvolvimento das forças produtivas”, com impactos generalizados em diferentes setores.

A composição, no entanto, permanece manual ainda durante muito tempo, de modo que a subsunção do trabalho permanece formal.¹⁰ Só a partir dos anos 1880 generaliza-se o uso das rotativas e, no início dos 1890, é introduzido o sistema de composição mecânica (linotipia), o que, para o autor, significa que o jornal entra na sua “era verdadeiramente industrial” (idem, p. 139),¹¹ ao mesmo tempo em que as primeiras gerações formadas na escola laica, no caso da França, já formam o público leitor. É extremamente interessante a análise que o autor fará em seguida sobre os impactos



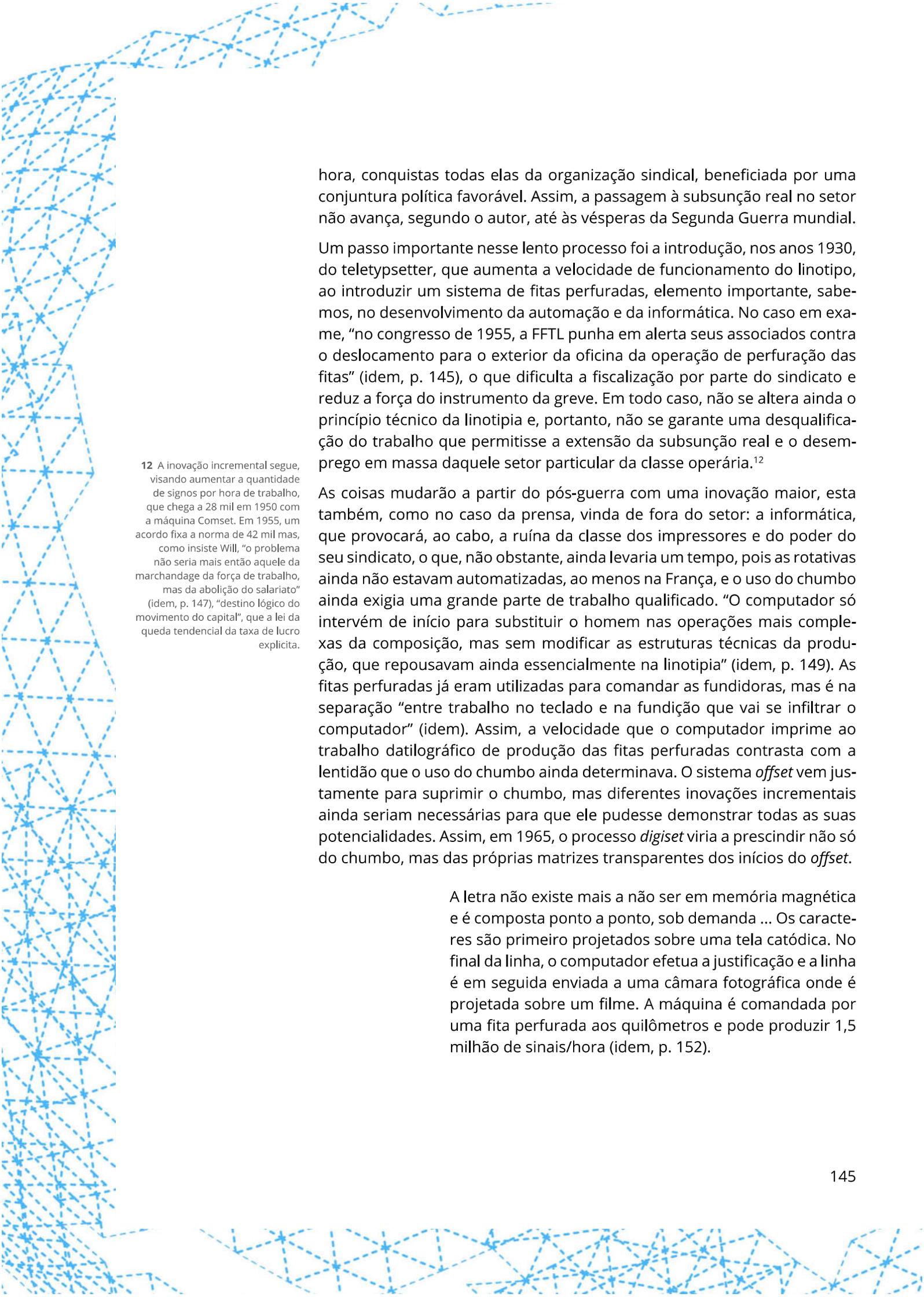
dessas novas tecnologias nos processos produtivos e as resistências dos trabalhadores, através da Federação Francesa dos Trabalhadores do Livro (FFTL), fundada em 1881.

A máquina que se introduz nos processos de composição ameaçava de duas formas as bases artesanais do ofício de impressor, de um lado pela desqualificação que a simplificação do processo de trabalho ensejava e, de outro, porque o custo da mesma supunha que ela fosse usada no interior de unidades produtivas relativamente concentradas. Vale citar em extenso um trecho em que fica explícito o significado e os limites relativos à introdução do linotipo:

Enquanto antes um vai e vem contínuo era necessário entre a caixa (onde são alocados os caracteres) e a forma (onde o texto é composto), é suficiente agora uma simples pressão do dedo sobre uma tecla ... para prover a matriz do caractere demandado, sobre o qual o chumbo fundido será vertido automaticamente. Imagina-se facilmente a economia de tempo que decorre disso. No entanto, o linotipista está ainda longe de ser um mero apertador de botões. O uso do teclado — mais complicado que aquele de uma simples máquina de escrever — demanda um longo tempo de aprendizagem. E a justificação das linhas, para obter uma boa distribuição dos brancos, demanda uma longa prática anterior (idem, p. 140-1).

O resultado é uma ampliação quantitativa da produção, sem uma baixa na qualidade da mão de obra necessária, permanecendo o linotipista, um trabalhador fortemente qualificado, num momento, por outro lado, em que a datilografia não era ainda uma prática comum. Na luta sindical, segundo o autor, “a FFTL havia sem dúvida compreendido que a ameaça não era tão grave, pois aceitou de relativo bom grado a nova máquina” (idem, p. 142) mas, ao longo de um processo de disputas internas que não cabe retomar aqui, é obrigada a “levar em consideração a resistência dos operários ao aumento da exploração” (idem).

Este é outro aspecto interessante do processo: uma vez admitidas as novas máquinas, “um longo combate começava ... para a fixação das normas de produção. Era preciso também evitar que o aumento da produtividade provocasse uma redução muito forte dos efetivos” (idem, p. 142-3). Assim, não cabe entrar nos detalhes, mas em 1903, um acordo em determinado jornal fixava a norma de 5 mil letras (ou 6 mil signos) de composição por hora; em 1905, certa sessão sindical conquista uma norma de 4,5 mil signos por hora, até que em 1919, um congresso da FFTL adota a norma de 6 mil letras por



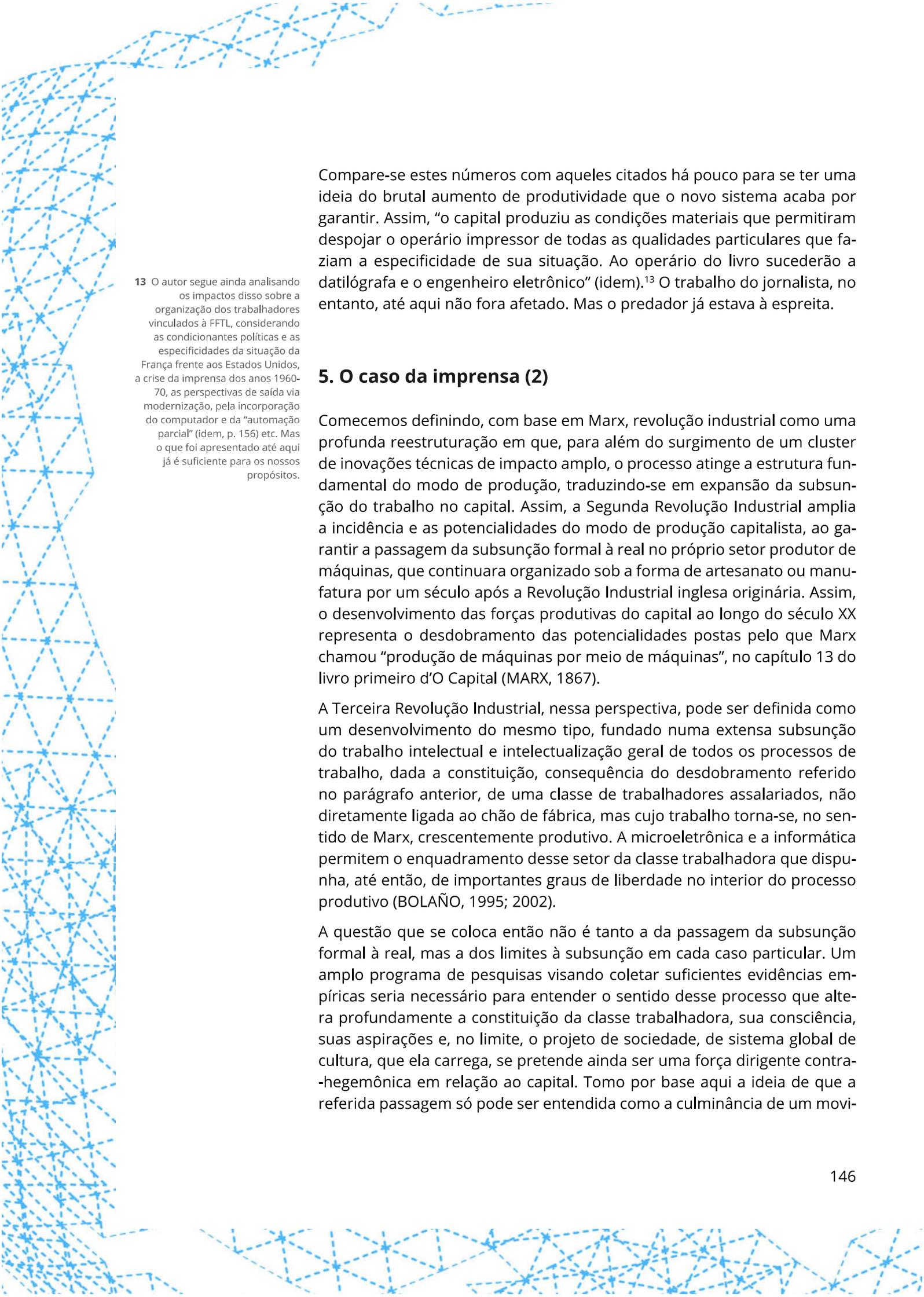
12 A inovação incremental segue, visando aumentar a quantidade de signos por hora de trabalho, que chega a 28 mil em 1950 com a máquina Comset. Em 1955, um acordo fixa a norma de 42 mil mas, como insiste Will, “o problema não seria mais então aquele da marchandage da força de trabalho, mas da abolição do salariedade” (idem, p. 147), “destino lógico do movimento do capital”, que a lei da queda tendencial da taxa de lucro explicita.

hora, conquistas todas elas da organização sindical, beneficiada por uma conjuntura política favorável. Assim, a passagem à subsunção real no setor não avança, segundo o autor, até às vésperas da Segunda Guerra mundial.

Um passo importante nesse lento processo foi a introdução, nos anos 1930, do teletypsetter, que aumenta a velocidade de funcionamento do linotipo, ao introduzir um sistema de fitas perfuradas, elemento importante, sabemos, no desenvolvimento da automação e da informática. No caso em exame, “no congresso de 1955, a FFTL punha em alerta seus associados contra o deslocamento para o exterior da oficina da operação de perfuração das fitas” (idem, p. 145), o que dificulta a fiscalização por parte do sindicato e reduz a força do instrumento da greve. Em todo caso, não se altera ainda o princípio técnico da linotipia e, portanto, não se garante uma desqualificação do trabalho que permitisse a extensão da subsunção real e o desemprego em massa daquele setor particular da classe operária.¹²

As coisas mudarão a partir do pós-guerra com uma inovação maior, esta também, como no caso da prensa, vinda de fora do setor: a informática, que provocará, ao cabo, a ruína da classe dos impressores e do poder do seu sindicato, o que, não obstante, ainda levaria um tempo, pois as rotativas ainda não estavam automatizadas, ao menos na França, e o uso do chumbo ainda exigia uma grande parte de trabalho qualificado. “O computador só intervém de início para substituir o homem nas operações mais complexas da composição, mas sem modificar as estruturas técnicas da produção, que repousavam ainda essencialmente na linotipia” (idem, p. 149). As fitas perfuradas já eram utilizadas para comandar as fundidoras, mas é na separação “entre trabalho no teclado e na fundição que vai se infiltrar o computador” (idem). Assim, a velocidade que o computador imprime ao trabalho datilográfico de produção das fitas perfuradas contrasta com a lentidão que o uso do chumbo ainda determinava. O sistema *offset* vem justamente para suprimir o chumbo, mas diferentes inovações incrementais ainda seriam necessárias para que ele pudesse demonstrar todas as suas potencialidades. Assim, em 1965, o processo *digiset* viria a prescindir não só do chumbo, mas das próprias matrizes transparentes dos inícios do *offset*.

A letra não existe mais a não ser em memória magnética e é composta ponto a ponto, sob demanda ... Os caracteres são primeiro projetados sobre uma tela catódica. No final da linha, o computador efetua a justificação e a linha é em seguida enviada a uma câmara fotográfica onde é projetada sobre um filme. A máquina é comandada por uma fita perfurada aos quilômetros e pode produzir 1,5 milhão de sinais/hora (idem, p. 152).



13 O autor segue ainda analisando os impactos disso sobre a organização dos trabalhadores vinculados à FFTL, considerando as condicionantes políticas e as especificidades da situação da França frente aos Estados Unidos, a crise da imprensa dos anos 1960-70, as perspectivas de saída via modernização, pela incorporação do computador e da “automação parcial” (idem, p. 156) etc. Mas o que foi apresentado até aqui já é suficiente para os nossos propósitos.

Compare-se estes números com aqueles citados há pouco para se ter uma ideia do brutal aumento de produtividade que o novo sistema acaba por garantir. Assim, “o capital produziu as condições materiais que permitiram despojar o operário impressor de todas as qualidades particulares que faziam a especificidade de sua situação. Ao operário do livro sucederão a datilógrafa e o engenheiro eletrônico” (idem).¹³ O trabalho do jornalista, no entanto, até aqui não fora afetado. Mas o predador já estava à espreita.

5. O caso da imprensa (2)

Começamos definindo, com base em Marx, revolução industrial como uma profunda reestruturação em que, para além do surgimento de um cluster de inovações técnicas de impacto amplo, o processo atinge a estrutura fundamental do modo de produção, traduzindo-se em expansão da subsunção do trabalho no capital. Assim, a Segunda Revolução Industrial amplia a incidência e as potencialidades do modo de produção capitalista, ao garantir a passagem da subsunção formal à real no próprio setor produtor de máquinas, que continuara organizado sob a forma de artesanato ou manufatura por um século após a Revolução Industrial inglesa originária. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas do capital ao longo do século XX representa o desdobramento das potencialidades postas pelo que Marx chamou “produção de máquinas por meio de máquinas”, no capítulo 13 do livro primeiro d’O Capital (MARX, 1867).

A Terceira Revolução Industrial, nessa perspectiva, pode ser definida como um desenvolvimento do mesmo tipo, fundado numa extensa subsunção do trabalho intelectual e intelectualização geral de todos os processos de trabalho, dada a constituição, consequência do desdobramento referido no parágrafo anterior, de uma classe de trabalhadores assalariados, não diretamente ligada ao chão de fábrica, mas cujo trabalho torna-se, no sentido de Marx, crescentemente produtivo. A microeletrônica e a informática permitem o enquadramento desse setor da classe trabalhadora que dispunha, até então, de importantes graus de liberdade no interior do processo produtivo (BOLAÑO, 1995; 2002).

A questão que se coloca então não é tanto a da passagem da subsunção formal à real, mas a dos limites à subsunção em cada caso particular. Um amplo programa de pesquisas visando coletar suficientes evidências empíricas seria necessário para entender o sentido desse processo que altera profundamente a constituição da classe trabalhadora, sua consciência, suas aspirações e, no limite, o projeto de sociedade, de sistema global de cultura, que ela carrega, se pretende ainda ser uma força dirigente contra-hegemônica em relação ao capital. Tomo por base aqui a ideia de que a referida passagem só pode ser entendida como a culminância de um movi-



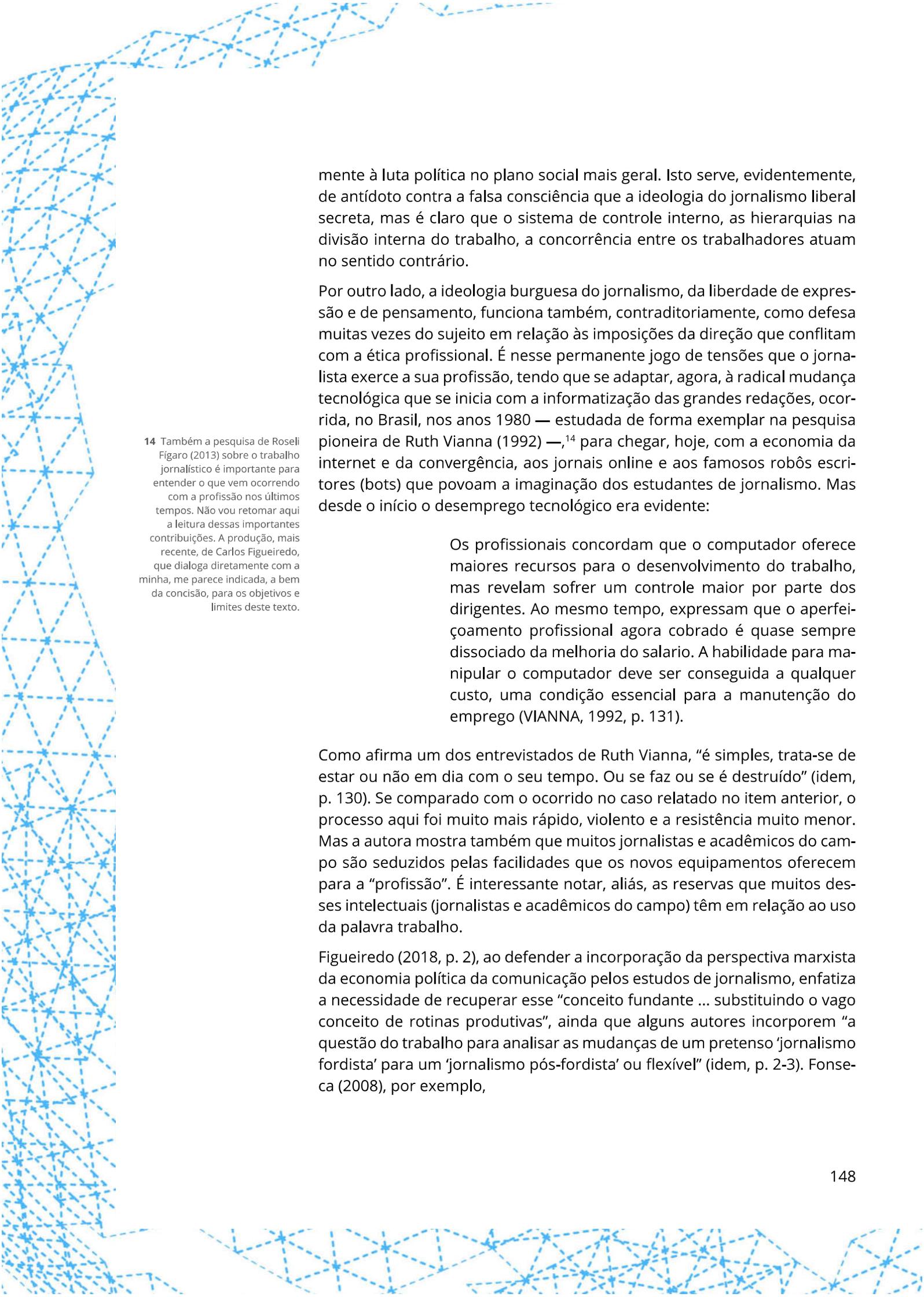
mento em que, para exemplificar, no caso da Revolução Industrial originária, ao longo de todo o período manufatureiro, o capital realiza uma “acumulação primitiva de conhecimento” (BOLAÑO, 2000) que lhe permitirá, no momento da ruptura, dar o salto qualitativo.

Assim, os desdobramentos de uma revolução industrial levarão à seguinte, o que envolve o elemento tecnológico, mas não é este que define, por si, a essência da transformação. Sua importância reside precisamente em abrir possibilidades para que esta se dê no plano das relações de produção, as quais, aliás, já vinham sendo pesquisadas, tendo em vista os limites impostos à consecução dos objetivos que a sociedade se impõe a cada momento, de acordo com as necessidades reconhecidas pelos atores com poder de decisão. O caso do jornalismo deve ser visto como um daqueles desdobramentos do movimento originário de construção das novas forças produtivas, pois, à semelhança dos trabalhadores do livro, as tecnologias de base microeletrônica que reestruturam o setor da imprensa, vêm de fora, isto é, foram pensadas originalmente para responder a outras necessidades, superiores, do capital confrontado, por suas contradições, pela queda tendencial da taxa de lucro.

O trabalho jornalístico é particularmente instigante porque, ao mesmo tempo em que pode ser tomado como caso emblemático do processo de subsunção do trabalho intelectual e seus limites – ainda mais por se tratar de uma indústria cultural antiga, que passou já por todo um processo de automatização como o apresentado no item anterior – apresenta duas especificidades: uma relativa ao caráter útil do trabalho jornalístico, trabalho de mediação social no sentido acima definido, que se realiza por meio de certas práticas laborativas que implicam em rotinas produtivas e outras características conhecidas dos chamados estudos de jornalismo, e outra referente à ideologia do jornalismo e da liberdade de expressão, que formam parte do arsenal do pensamento liberal da velha burguesia industrial.

A preservação, de alguma forma, seja pelo keynesianismo, seja pelo neoliberalismo, dessa ideologia liberal antiga no capitalismo monopolista, como ocorre também no campo econômico e no direito, tem evidentemente uma função de controle social, e a imprensa é um dos mecanismos através dos quais ela se realiza, mas também de controle do trabalho no interior das redações. Nos dois casos, a situação é contraditória, mas no segundo, que é o que nos interessa aqui, ela é duplamente contraditória. Por um lado, o processo de trabalho é sempre concretamente o lócus da negação da liberdade e da autonomia do sujeito, onde a informação de massa aparece como o que ela é, informação de classe (idem).

Na medida em que o trabalho jornalístico está ligado justamente à produção da informação-mercadoria para consumo massivo, sendo essa a fonte da extração da mais-valia no setor, a contradição de classe muitas vezes extrapola de imediato o plano meramente sindical, vinculando-se direta-



14 Também a pesquisa de Roseli Figaro (2013) sobre o trabalho jornalístico é importante para entender o que vem ocorrendo com a profissão nos últimos tempos. Não vou retomar aqui a leitura dessas importantes contribuições. A produção, mais recente, de Carlos Figueiredo, que dialoga diretamente com a minha, me parece indicada, a bem da concisão, para os objetivos e limites deste texto.

mente à luta política no plano social mais geral. Isto serve, evidentemente, de antídoto contra a falsa consciência que a ideologia do jornalismo liberal secreta, mas é claro que o sistema de controle interno, as hierarquias na divisão interna do trabalho, a concorrência entre os trabalhadores atuam no sentido contrário.

Por outro lado, a ideologia burguesa do jornalismo, da liberdade de expressão e de pensamento, funciona também, contraditoriamente, como defesa muitas vezes do sujeito em relação às imposições da direção que conflitam com a ética profissional. É nesse permanente jogo de tensões que o jornalista exerce a sua profissão, tendo que se adaptar, agora, à radical mudança tecnológica que se inicia com a informatização das grandes redações, ocorrida, no Brasil, nos anos 1980 — estudada de forma exemplar na pesquisa pioneira de Ruth Vianna (1992) —,¹⁴ para chegar, hoje, com a economia da internet e da convergência, aos jornais online e aos famosos robôs escritores (bots) que povoam a imaginação dos estudantes de jornalismo. Mas desde o início o desemprego tecnológico era evidente:

Os profissionais concordam que o computador oferece maiores recursos para o desenvolvimento do trabalho, mas revelam sofrer um controle maior por parte dos dirigentes. Ao mesmo tempo, expressam que o aperfeiçoamento profissional agora cobrado é quase sempre dissociado da melhoria do salário. A habilidade para manipular o computador deve ser conseguida a qualquer custo, uma condição essencial para a manutenção do emprego (VIANNA, 1992, p. 131).

Como afirma um dos entrevistados de Ruth Vianna, “é simples, trata-se de estar ou não em dia com o seu tempo. Ou se faz ou se é destruído” (idem, p. 130). Se comparado com o ocorrido no caso relatado no item anterior, o processo aqui foi muito mais rápido, violento e a resistência muito menor. Mas a autora mostra também que muitos jornalistas e acadêmicos do campo são seduzidos pelas facilidades que os novos equipamentos oferecem para a “profissão”. É interessante notar, aliás, as reservas que muitos desses intelectuais (jornalistas e acadêmicos do campo) têm em relação ao uso da palavra trabalho.

Figueiredo (2018, p. 2), ao defender a incorporação da perspectiva marxista da economia política da comunicação pelos estudos de jornalismo, enfatiza a necessidade de recuperar esse “conceito fundante ... substituindo o vago conceito de rotinas produtivas”, ainda que alguns autores incorporem “a questão do trabalho para analisar as mudanças de um pretensão ‘jornalismo fordista’ para um ‘jornalismo pós-fordista’ ou flexível” (idem, p. 2-3). Fonseca (2008), por exemplo,

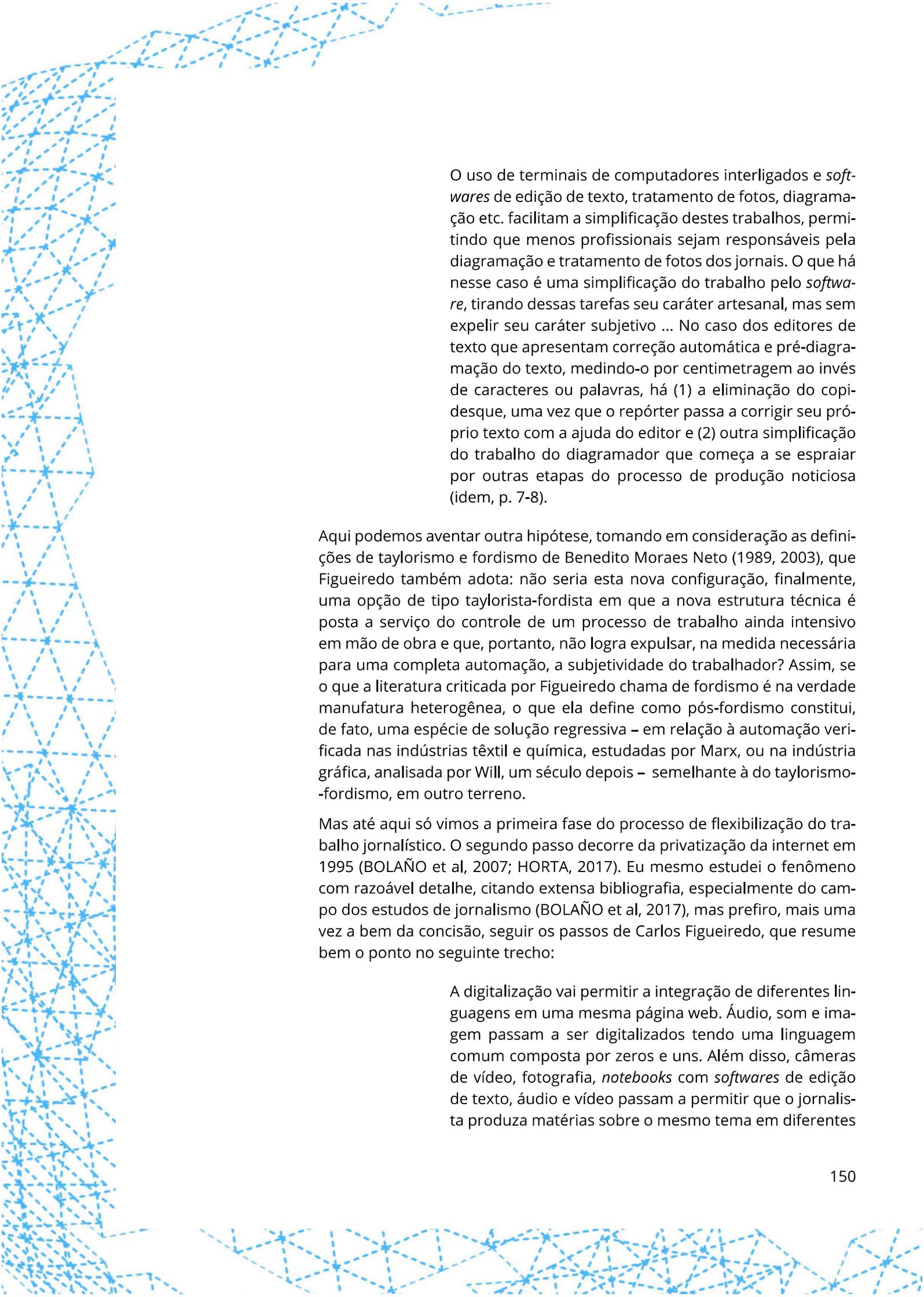
15 Em seguida, o autor levanta uma questão interessante: “o que há de comum entre o jornalismo do século XX e a indústria automobilística é que ambos se beneficiam de economias de escala” (FIGUEIREDO, 2018, p. 6) e, eu diria, ambos funcionam de acordo com a lógica da reprodução em série de uma matriz original. No caso da indústria automobilística, não obstante, trata-se de um sistema de padronização em que o primeiro modelo é “extremamente caro e os subsequentes extremamente mais baratos”, enquanto a empresa jornalística produz “apenas um jornal por dia, o primeiro exemplar impresso é extremamente caro, os segundo são meras cópias ..., rodados nas gráficas, sem nenhuma participação dos jornalistas. No dia seguinte, outro jornal será produzido com matérias completamente diferentes” (idem). Caberiam, a partir daí, interessantes discussões sobre as especificidades dos processos produtivos nesse tipo de indústria, que a economia da comunicação e da cultura conhece bem, mas não é o caso de enveredar aqui por esse caminho.

considera que há uma linha de produção imaginária composta por pauteiros, repórteres, fotógrafos, copidesques, editores, diagramadores etc. Entretanto, a maioria desses profissionais é altamente qualificada e possui liberdade para tomar decisões durante o processo ... Situação muito diversa da encarada pelo trabalhador fordista. Há divisão de trabalho e não uma linha de produção imaginária em que cada trabalhador é responsável por um trabalho extremamente repetitivo e parcelado ... A natureza do jornalismo impõe limites à subsunção real do trabalho, sua incorporação ao capital constante através da substituição do trabalho vivo por trabalho morto, e ao controle por métodos de parcelamento extremo do trabalho e controle do tempo, como no taylorismo e no fordismo (FIGUEIREDO, 2016, p. 6).¹⁵

O processo de produção do jornalismo do século XX aproxima-se, segundo o autor, ao da manufatura heterogênea. Na verdade, a análise de tempo e movimento, fundamento do taylorismo, não se aplica em geral ao jornalismo, onde o controle do trabalho se dá através de outros mecanismos, como os manuais de redação, ou a censura direta por parte da direção da empresa, com base na “linha editorial”. Também o “profissionalismo”, aponta o autor, atua nesse sentido, ou seja, também a referida ideologia do jornalismo serve ao controle do trabalho, mas isso é muito diferente do controle semiautomático da linha de montagem fordista, aproximando-se mais daquele controle despótico exigido pelo sistema de divisão do trabalho na manufatura de que falava Marx.

Se considerarmos, aliás, a análise do caso da imprensa desde os seus primórdios, como no item anterior, fica patente que se trata de uma indústria em que a tensão que a divisão entre trabalho manual (gráficos e impressores) e intelectual (jornalistas) envolve, bem como os processos de subsunção respectivos, apresentam-se de forma paradigmática. Assim, uma vez tornado redundante todo o trabalho daquela classe trabalhadora manufatureira referida no item anterior, a exploração se concentra naquela outra parcela, livre e autônoma, de trabalhadores intelectuais, que cresce em número e em capacidade de luta, embora com dificuldades de ordem cultural para identificar-se como classe trabalhadora, e deve passar por formas de controle também, que o capital tratará de desenvolver ao longo do tempo.

Formas próximas da organização da manufatura heterogênea, ao longo do século XX, formas próprias, posteriormente, a partir da informatização das redações, da automação flexível. A hipótese de Figueiredo é que, no jornalismo, impõem-se a flexibilização, mas não a automação. Assim, ao jornalismo manufatureiro sucederá um jornalismo flexível em que o trabalhador preserva importantes graus de liberdade:



O uso de terminais de computadores interligados e *softwares* de edição de texto, tratamento de fotos, diagramação etc. facilitam a simplificação destes trabalhos, permitindo que menos profissionais sejam responsáveis pela diagramação e tratamento de fotos dos jornais. O que há nesse caso é uma simplificação do trabalho pelo *software*, tirando dessas tarefas seu caráter artesanal, mas sem expelir seu caráter subjetivo ... No caso dos editores de texto que apresentam correção automática e pré-diagramação do texto, medindo-o por centimetragem ao invés de caracteres ou palavras, há (1) a eliminação do copidesque, uma vez que o repórter passa a corrigir seu próprio texto com a ajuda do editor e (2) outra simplificação do trabalho do diagramador que começa a se espriar por outras etapas do processo de produção noticiosa (idem, p. 7-8).

Aqui podemos aventar outra hipótese, tomando em consideração as definições de taylorismo e fordismo de Benedito Moraes Neto (1989, 2003), que Figueiredo também adota: não seria esta nova configuração, finalmente, uma opção de tipo taylorista-fordista em que a nova estrutura técnica é posta a serviço do controle de um processo de trabalho ainda intensivo em mão de obra e que, portanto, não logra expulsar, na medida necessária para uma completa automação, a subjetividade do trabalhador? Assim, se o que a literatura criticada por Figueiredo chama de fordismo é na verdade manufatura heterogênea, o que ela define como pós-fordismo constitui, de fato, uma espécie de solução regressiva – em relação à automação verificada nas indústrias têxtil e química, estudadas por Marx, ou na indústria gráfica, analisada por Will, um século depois – semelhante à do taylorismo-fordismo, em outro terreno.

Mas até aqui só vimos a primeira fase do processo de flexibilização do trabalho jornalístico. O segundo passo decorre da privatização da internet em 1995 (BOLAÑO et al, 2007; HORTA, 2017). Eu mesmo estudei o fenômeno com razoável detalhe, citando extensa bibliografia, especialmente do campo dos estudos de jornalismo (BOLAÑO et al, 2017), mas prefiro, mais uma vez a bem da concisão, seguir os passos de Carlos Figueiredo, que resume bem o ponto no seguinte trecho:

A digitalização vai permitir a integração de diferentes linguagens em uma mesma página web. Áudio, som e imagem passam a ser digitalizados tendo uma linguagem comum composta por zeros e uns. Além disso, câmeras de vídeo, fotografia, *notebooks* com *softwares* de edição de texto, áudio e vídeo passam a permitir que o jornalista produza matérias sobre o mesmo tema em diferentes

meios da mesma empresa, criando as chamadas redações integradas ... A internet também traz novos competidores e modelos de negócios que acabam por causar uma crise profunda na indústria de jornais e impressos ... Nesse caso, a flexibilidade é adotada vorazmente no ambiente de trabalho jornalístico. Os jornalistas acabam por pagar pelas dificuldades da indústria com acúmulo de tarefas e trabalho precário (FIGUEIREDO, 2016, p. 8).

16 Essa determinação se dá evidentemente em última instância, sendo a ação dos capitais individuais – que no agregado constituem a resposta do conjunto da indústria à tendência declinante da taxa de lucro – voltada sempre aos movimentos aparentes da concorrência. Mas mesmo nesse plano, as soluções passam, no mais das vezes, pela ação direta do capital contra o trabalho no sentido de ampliar a taxa de exploração para fazer frente à queda na lucratividade.

17 “Entre as dificuldades de substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto no jornalismo estão (1) o contato e a manutenção de fontes, uma relação interpessoal que os jornalistas constroem com as suas fontes, encarada também como um conhecimento pessoal e que o profissional deve manter em segredo por questões éticas [note-se aí o uso, apontado acima, da ideologia do jornalismo, neste caso a ética profissional, na defesa da autonomia do trabalhador e, portanto, como limite à subsunção], (2) o estilo textual que é uma habilidade valorizada no mercado e que individualiza o jornalista funcionando como uma assinatura, (3) a apuração e interpretação de dados, que sustentam a retórica ditada pela linha editorial da publicação. Ou seja, para que o jornalismo sirva como arma hegemônica, o trabalho vivo continua sendo extremamente necessário. Mesmo com os avanços de bots e machine learning não há qualquer possibilidade de substituição dos jornalistas nessas tarefas em um futuro próximo” (FIGUEIREDO, 2016, p. 9).

18 Em outro texto (FIGUEIREDO, 2018), na mesma linha, que reproduz inclusive alguns dos

Ou seja, mais uma vez, a indústria dos jornais trata de descarregar, como no caso analisado no item anterior, o peso da sua crise sobre os trabalhadores, valendo-se dos instrumentos que o desenvolvimento das forças produtivas pelo “resto do capital”, para usar a expressão de Will, lhe oferece neste dado momento histórico.¹⁶ Sobre os limites à subsunção, Figueiredo conclui que “em setores de trabalho intelectual intenso como o jornalismo, a subsunção e o controle são bem mais difíceis de serem alcançados pelo capital. Ou seja, as tentativas de objetivar o elemento subjetivo do trabalho encontram claros limites” (idem, p. 9).¹⁷ Por outro lado, lembra que a mesma tecnologia que “tira postos de trabalho e precariza os que restaram” é responsável por um rebaixamento das barreiras à entrada, fator crítico que enfraquece a posição das empresas líderes instaladas, tanto em relação à concorrência potencial, quanto, ao baratear a produção, a projetos contra-hegemônicos. Assim:

O jornalista com as novas tecnologias pode deixar de ser um trabalhador parcelado e dominar várias linguagens. A tecnologia é contraditória e possui aspectos libertadores. Contudo, para isso é importante não tratarmos os jornalistas como trabalhadores apenas nas teorias críticas, mas que o mesmo também se enxergue como trabalhador (idem, p. 9-10).

Aqui nos vemos diante da velha questão da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e preservação de relações de produção ultrapassadas. O texto termina com um exemplo do que deveria ser uma pauta de negociações da categoria, que lembra muito os embates referidos na sessão anterior:

Um ponto de partida seria uma disputa coletiva pela diminuição de pautas, o que permitiria ao jornalista trabalhar em uma ou duas pautas o dia inteiro, publicando conteúdos multimídia ... Dessa forma, as reportagens seriam mais profundas e o jornalista não ficaria preso apenas a uma linguagem, dominando os mais diversos aspectos do ofício (idem, p. 10).¹⁸

parágrafos centrais deste aqui referido, o autor desenvolve mais essa questão, avançando ainda sobre o tema da formação dos jornalistas. Amplia em especial a discussão sobre a flexibilidade, em diálogo, a este respeito, especialmente com Rosso (2017), Garcia (2015) e Salaverria e Negrodo (2009). É digno de nota referência, ao final do texto, a exemplos ligados ao Grupo Globo: demissões no momento da integração entre O Globo e Extra, exploração da polivalência como flexibilidade na Globonews e portal G1, mas os exemplos certamente poderiam se multiplicar.

Tratar-se-ia assim de preservar a polivalência, evitando, em contrapartida, sua pura exploração pelo capital como forma de flexibilização visando ampliar a taxa de exploração. Com isto, restringir-se-ia a ampliação quantitativa da produção pelo trabalhador individual (portanto, sua produtividade), preservando, na mesma medida, o volume emprego, com repercussão positiva sobre a qualidade do produto, de forma, portanto, adequada aos interesses do público. Voltamos assim, à articulação entre os dois primeiros aspectos da análise da questão tecnológica nas indústrias culturais e da comunicação, explicitando a importância do mediador social na preservação do interesse público, para dizer o mínimo.

Conclusão

A história da imprensa na perspectiva dos processos de trabalho foi sumariada aqui, após uma brevíssima consideração sobre a ideologia da tecnologia e sua crítica em perspectiva ontológica, como exemplo da articulação entre os dois aspectos do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação mais diretamente relacionados com a dinâmica entre forças produtivas e relações de produção, de acordo com uma teoria da mediação social de corte marxista, que incorpora em seu cerne a problemática da subsunção, dos seus limites e das possibilidades de formas de mediação alternativas e contra-hegemônicas.

A separação do seu estudo em duas partes tratou de explicitar que a indústria dos jornais, ao fim e ao cabo, ao incorporar as tecnologias da informação e da comunicação de base microeletrônica, promoveu, de um lado, a completa automatização dos processos ligados ao trabalho manual dos gráficos e impressores e, de outro, uma espécie de taylorização (sem a adoção, por certo, da linha de montagem fordista, mas de outros tipos de tecnologias de processo), no sentido de forma regressiva dependente de trabalho vivo, no caso do trabalho intelectual dos jornalistas — os quais passam a constituir a massa do capital variável, já que a outra categoria tornou-se largamente redundante — na medida em que a automatização apresenta limites.

O caso da imprensa pode ser visto, assim, como uma espécie de microcosmo que reproduz o que vem ocorrendo com o mundo do trabalho a partir da Terceira Revolução Industrial: redundância do trabalho manual, pelo avanço da automação, e subsunção crescente do trabalho intelectual, com limites que devem ser estudados caso a caso. O fenômeno reveste-se de uma complexidade que não pode ser bem apreendida pelo determinismo tecnológico em voga, tanto no campo acadêmico quanto no senso comum

dos mediadores sociais, sendo necessário todo um esforço de crítica, no plano do pensamento, que pressupõe o desvendamento das relações fundamentais no plano da realidade, onde brotam as ideologias.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodore; HORKHEIMER, Max (1944). **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BARBERO, Jesus Martin (1987). **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BENJAMIN, Walter (1936). A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOLAÑO, César (1988). Mercado brasileiro de televisão. São Paulo: EDUC, 2ª edição - 2004.

_____ (1995). Economía política, globalización y comunicación. In: **Nueva Sociedad**, 140, Caracas, 1995.

_____ (2000). **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: HUCITEC.

_____ (2002). Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, n. 11, dez., p. 53-78.

_____ (2015). **Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação**. Aracaju: EDISE.

_____ (2018). **Economia política, cultura e a batalha da comunicação na América Latina no século XXI**. Ganador do prêmio Haydée Santamaría - CLACSO-Casa de las Américas, 2017. São Cristóvão: UFS, mimeo.

BOLAÑO, César; HERRERA Maurício; PAEZ, Angel (2017). Mediación, subsunción y apropiación social. Contribución al diálogo entre estudios culturales, economía política y comunicación. In **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, vol. 13, n. 24.

BOLAÑO, César; HERSCOVICI, Alain; CASTAÑEDA, Marcos; VASCONCELOS, DANIEL (2007). **Economia Política da Internet – Volume 1**. São Cristóvão: Editora UFS, 2ª edição – 2011.

BOLAÑO, César; HERSCOVICI, Alain; BRITTOS, Valério; MOURA, Fabio; MENEZES, Paulo Vinícius; VIEIRA, Eloy (2017). **Economia Política da Internet – Volume 2: Jornalismo online**. São Cristóvão: Editora UFS <editoraufs.worldpress.com>.

CASTELLS, Manuel **La era de la información**. Madrid: Alianza, 1996

_____. **La galaxia internet. Reflexiones sobre internet, empresa y sociedad**. Madrid: Areté, 2001

FIGARO, Roseli (2013). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FIGUEIREDO, Carlos (2016). Jornalismo manufatureiro e jornalismo flexível: controle e subsunção do trabalho jornalístico no capital. In: **ALAIC 2016**, XIV Congresso da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação. Cidade do México (memórias, no prelo).

FIGUEIREDO, Carlos (2018). Redações integradas e trabalho jornalístico: o uso das tecnologias para um trabalho emancipado e emancipador. In: PINHEIRO, Elton Bruno; VARÃO, Rafiza; BARCELLOS, Zanei (orgs.) (2018). **Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino do jornalismo**. Brasília: FAPCOM (no prelo).

FONSECA, Virginia (2008). **Indústria de notícias. Capitalismo e novas tecnologias no capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora UFRGS

GARCIA, Guillermo Lopez (2015). **Periodismo digital. Redes, audiências y modelos de negocio**. Salamanca: Comunicación Social.

HABERMAS, Jürgen (1961). **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HORTA, Isabela (2017). **O desenvolvimento da internet e os grandes bancos: um estudo a partir das iniciativas do Bradesco**. Dissertação de mestrado. Brasília: FAC/UnB.

LOPES, Ruy (2008). **Informação, conhecimento e valor**. São Paulo: Radical Livros.

LUKÁCS, György (1986). **Para uma ontologia do ser social**, vol. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl (1867). **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

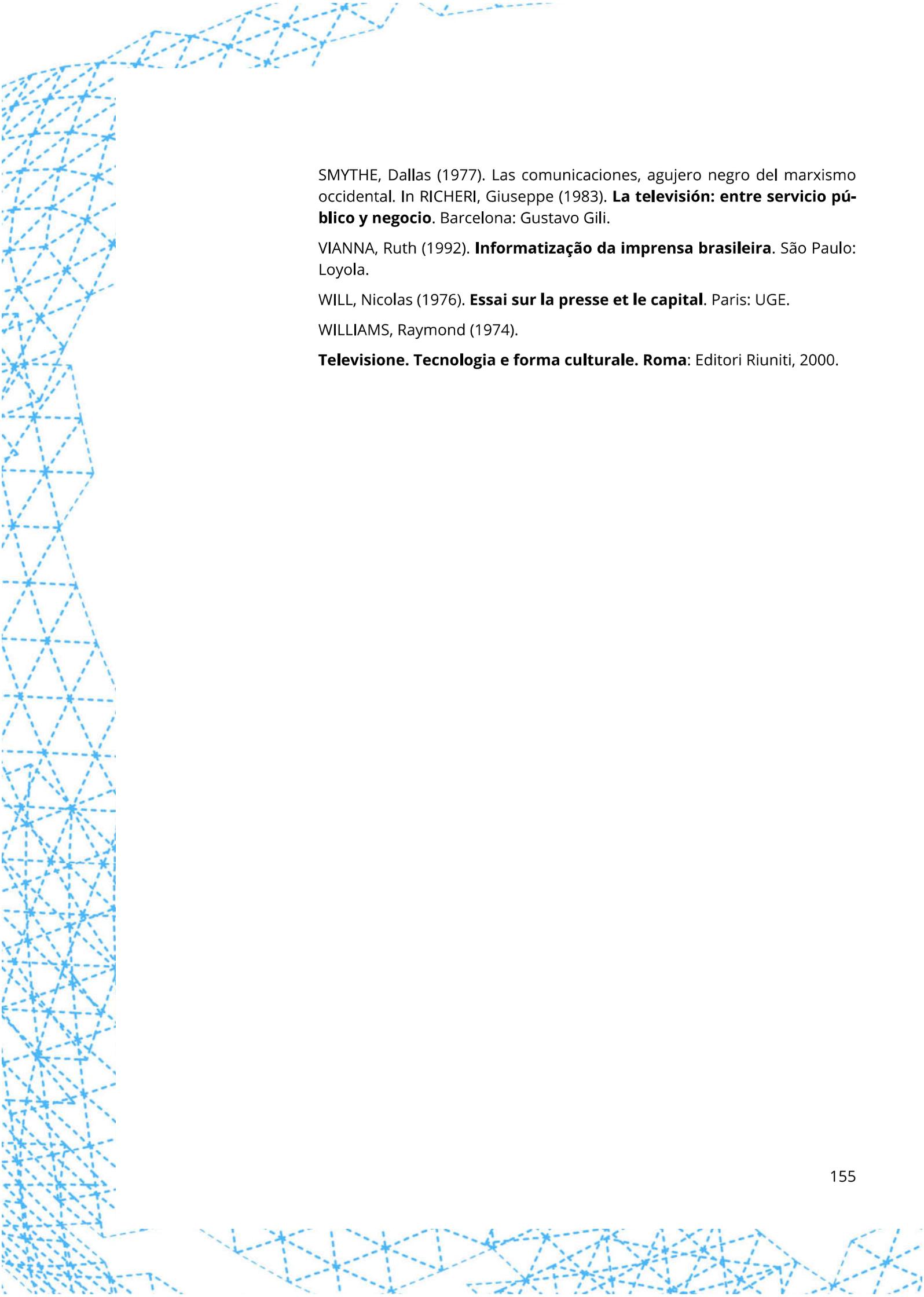
MORAES Neto, Benedito (1989). **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2003). **Século XX e trabalho industrial. Taylorismo-fordismo, ohnismo e automação em debate**. São Paulo: Xamã.

ROSSO, Sali dal (2017). **O ardil da flexibilidade. Os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo.

RUBIN, Isaak Illich (1928). **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SALAVERRIA, Ramón; NEGREDO, Samuel (2009). **Integrated journalism. Media convergence and newsroom organization**. Barcelona: Sol.



SMYTHE, Dallas (1977). Las comunicaciones, agujero negro del marxismo occidental. In RICHERI, Giuseppe (1983). **La televisión: entre servicio público y negocio**. Barcelona: Gustavo Gili.

VIANNA, Ruth (1992). **Informatização da imprensa brasileira**. São Paulo: Loyola.

WILL, Nicolas (1976). **Essai sur la presse et le capital**. Paris: UGE.

WILLIAMS, Raymond (1974).

Televisione. Tecnologia e forma culturale. Roma: Editori Riuniti, 2000.